

## Patrimônio cultural do Brasil: ressonâncias literárias

Soraia Vasconcelos<sup>1</sup>

*“O passo entre a realidade que é fotografada na medida em que nos parece bonita e a realidade que nos parece bonita na medida em que foi fotografada é curtíssimo”.*

*Ítalo Calvino*

Curtíssimo é o passo que separa o real do imaginário. Tão curto que, não raras vezes, nos deparamos com perguntas que investigam o que é *realmente a realidade*, até que ponto ela existe por si só, se não é ela mesma, enfim, muitas vezes, a construção de um imaginário percebido e vivido como real.

Perguntas que da mesma forma se aplicam quando chegamos à fronteira que delimita o chamado patrimônio cultural de um país; quando basta um passo para pinçar do todo um monumento, manifestação, o que seja, e alçá-lo ao sagrado altar do patrimônio.

Patrimonializar é eleger. A eleição é o passo curto de Calvino – curto e perigoso – no caminho da construção da identidade de uma nação. Elegemos um patrimônio pelo que somos? Pelo que acreditamos ser? Ou passamos a ser e a acreditar que somos porque elegemos tal patrimônio?

Essa ambiguidade, evidente nas reflexões sobre a construção de sentidos patrimoniais, se diluí, porém, quando real e imaginário se fundem e se confundem na prática. A passagem da consciência para a vivência se dá pela ponte da ressonância, conforme José Reginaldo Gonçalves:

Um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos, ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público (GONÇALVES, 2007, p. 214).

---

<sup>1</sup> Graduanda do – período do curso de Museologia pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais – ECI/UFMG. E-mail

Para abordar o conceito, Gonçalves se reporta ao historiador Stephen Greenblatt. Greenblatt refere-se à ressonância como poder que um objeto exposto tem de atingir um universo amplo e de evocar no expectador “forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante”.

Considerando que poder não é propriedade objetiva, inerente, nem prerrogativa de um objeto, sendo antes atribuição, proponho, neste ensaio, a reflexão sobre construção de sentidos que conferem ao objeto (patrimônio) o poder de evocação identificado por Greenblatt.

A reflexão busca apoio na literatura, entendida aqui como mediadora de noções de patrimônio cultural. A premissa é de que a fusão do real e do imaginário, possível, pertinente e até desejável no campo literário, apresenta-se como instrumento eficaz para estabelecer ressonâncias entre a sociedade e a eleição de patrimônios e vice-versa.

A suposição dessa sinergia fundamenta-se no conceito que a própria Física atribui à ressonância, segundo o Dicionário Aurélio:

- Vibração enérgica que se provoca num sistema oscilante quando atingido por uma onda mecânica de frequência igual a uma das suas frequências próprias; reforço da intensidade de uma onda pela vibração de um sistema que tem uma frequência própria igual à frequência da onda.
- Transferência de energia de um sistema oscilante para outro quando a frequência do primeiro coincide com uma das frequências próprias do segundo.

### **Ressonância, memória e identidade**

A Memória Coletiva de Maurice Halbwachs traz a reflexão sobre a (im)possibilidade de uma memória estritamente individual. Halbwachs acredita que: “estamos então tão bem afinados com aqueles que nos cercam que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros” (HALBWASCHS, 1990, p.47).

Dessa forma, entende-se a memória como teia extensa, sustentada por vias de contato entre o indivíduo e os outros. É essa memória que se incorpora à vivência do sujeito, constituindo-se também em pilar de sua identidade. Conforme Michael Pollak, há uma ligação fenomenológica entre a memória e o sentimento de identidade:

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p.204)

Por extensão, podemos concluir que a identidade também se define na relação entre sujeitos: é o confronto com o outro que define os contornos do “eu”. É pela alteridade que se dá a identidade. Pensemos, então, na identidade cultural de um país nascente – rigorosamente, nem país ainda - percebendo pelo olhar do outro a novidade de sua própria existência.

Se tomarmos a carta de Pero Vaz de Caminha como o primeiro texto escrito sobre o Brasil e seus habitantes, teremos que:

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos (...) traziam os beiços de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador (...). Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepenete, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas (...) um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o touço e as orelhas.

Outro relato praticamente da mesma época, apenas 37 anos depois da Carta de Caminha, reforça a imagem das terras selvagens e exuberantes. O texto é do alemão Hans Staden que esteve no Brasil por duas vezes em meados do século XVI, foi aprisionado pelos tupinambás e escapou de ser devorado num ritual antropofágico da tribo. De volta à Europa, escreveu e publicou o livro “Duas Viagens ao Brasil”:

A America é uma grande terra com muitas nações selvagens, e muitas diferenças nas suas linguas. Há nella muitos animaes estranhos e é bella ver-se. As arvores estão sempre verdes e nenhuma madeira desta terra se assemelha ás outras. A gente anda núa, e em nenhuma parte da terra, que está entre os Tropicis, em tempo algum do anno , faz tanto frio como aqui...

Eram impressões assim, sob a lente do exotismo, que chegavam à Europa, principalmente depois da vinda da Corte Portuguesa e dos viajantes naturalistas que transformaram o Brasil em grande laboratório natural. Conforme, Lilia Schwarcz,

A essência do Brasil estaria assim contida em sua situação tropical, que condicionaria os diferentes elementos – flores, frutos, animais, florestas, rios, a

conformação física e hábitos – e se transformaria em uma espécie de substrato a determinar todas as demais interpretações (SCHWARCZ, 2002, p.333).

Não por acaso, o Museu Real, criado por decreto em 1808, tinha como função estimular estudos de botânica e zoologia. A primeira coleção, doada pelo próprio Dom João VI, era composta por objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais.

Para materializar a imagem desse território em permanente descobrimento, Dom João VI contava com a Missão Francesa. Aos artistas, coube esboçar o retrato da primeira “carteira de identidade” do Brasil em pinturas, desenhos e escritos. A Missão deveria ainda cuidar da instrução dos brasileiros nos campos das ciências, artes e ofícios e para tal foi criada uma Escola Real. Lilia Schwarcz lembra que esse não era um desafio fácil e toma como base o depoimento dos viajantes bávaros Spix e Martius:

Também a atual consequência do atual grau de civilização do Brasil é que os habitantes desse país tropical, todo cercado de fantásticas, pinturescas e poéticas belezas naturais, sentem-se mais perto do gozo espontaneamente oferecido por estes tão ditosos céus, do que pela arte que só se atinge com esforço (SCHWARCZ, 2002, p.314).

Essa teoria parece corroborada pela opinião do comerciante inglês John Luccock ao se referir à permanência prolongada de Dom João VI e de sua corte no Brasil, citação também recuperada por Schwarcz: “O frio e fleumático político do norte raramente calcula o efeito das belas paisagens sobre o espírito humano; pois do contrário não esperaria que a corte de Portugal deixasse sua nova residência” (SCHWARCZ, 2002, p.287).

A “nova residência” não parava de surpreender a quem aqui desembarcava. Auguste de Saint-Hilarie chega a falar em gritos de admiração diante da Cachoeira Casca D’Anta, na nascente do Rio São Francisco, na Serra da Canastra, Minas Gerais:

No ponto onde a água cai há uma depressão no cume do paredão de rochas, formando um sulco largo e profundo que vai descendo em ziguezague até uns dois terços da altura da pedreira, segundo nos pareceu. De um ponto ainda bastante elevado, onde termina a fenda, despeja-se majestosamente uma cortina de água, cujo volume é maior em um dos lados. O terreno que se estende abaixo da cascata é bastante irregular, e um outeiro coberto de verdejante relva esconde a parte inferior da cortina de água. Do lado direito, desce até ela uma mata de um verde sombrio. É a nascente do S. Francisco (SAINT-HILARIE, 1975, p.103).

É, portanto, o olhar perplexo e fascinado do branco europeu, que delineia e reproduz a primeira imagem do Brasil para os outros e para si próprio. Conforme Lilia Schwarcz,

Com efeito, ‘o olhar estrangeiro’ foi sempre muito importante para consolidar não só a representação de uma cultura nacional como para a própria imagem da realeza lusitana isolada em terras tropicais (...). Era o reconhecimento que vinha de fora; a ciência que produzia a natureza como paisagem e que, nesse processo, constituía o novo mundo por oposição ao velho. (SCHWARCZ, 2002, p.338).

A importância do reconhecimento que “vem de fora” na construção de identidades é tema de um conto de Machado de Assis: *O Espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana* (1882). O autor refere-se aos seres humanos, mas, por analogia, é possível aplicar o conceito à identidade de uma nação. “Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja” (ASSIS, 1882, p. 135)

ASSIS conta a história de um jovem que, nomeado alferes da guarda nacional, passa a ser tratado com os louvores da idolatria ao posto, de tal forma que a patente é indissociavelmente incorporada à sua identidade pessoal. “No fim de três semanas, era outro, totalmente outro. Era exclusivamente alferes” (ASSIS, 1882, p.138).

A partir daí, o jovem só é capaz de se reconhecer pela referência explícita ao posto militar. Em um momento de solidão e desespero, chega ao ponto de vestir o uniforme e se mirar no espelho para se reconhecer.

Lembrou-me vestir a farda de alfares. Vesti-a, aprontei-me todo; e, como estava defronte ao espelho, levantei os olhos, e... não lhes digo nada; o vidro reproduziu então a figura integral; nenhuma linha de menos, nenhum contorno diverso; era eu mesmo, o alfares, que achava, enfim, a alma exterior (ASSIS, 1882, p. 142).

No caso brasileiro, a alma exterior, como diz Machado de Assis, foi internalizada ao longo de muitos anos, de séculos, sob o olhar da dominação portuguesa. 350 anos depois da Carta de Caminha, quando a Imprensa Régia de Dom João VI já permitia a impressão de livros na colônia, José de Alencar publicava *O Guarani: Romance Brasileiro* (1857). Conforme Marcelo Peloggio, na apresentação do livro (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012), a história de Ceci e Peri é “nosso romance nacional por excelência” por explorar e exibir o que era considerado propriamente brasileiro: a natureza e o índio. O próprio autor, em nota, justifica a escolha do título: “Guarani – O título que damos a este romance significa o *indígena brasileiro*. (...) Entendemos que a melhor designação que se lhe

podia dar era a língua geral que falavam e naturalmente lembrava o nome primitivo de uma grande nação” (ALENCAR, 1857, p.393).

A descrição do índio Peri aproxima-se do relato de Caminha e, conforme Alencar, “O tipo que descrevemos é inteiramente copiado das observações que se encontram em todos os cronistas”

a sua pele, cor de cobre, brilhava com reflexos dourados; os cabelos pretos cortados rentes, a tez lisa, os olhos grandes com os cantos exteriores erguidos para a fonte; a pupila negra, móbil, cintilante; a boca forte, mas bem modelada e guarnecida de dentes alvos, davam ao rosto pouco oval a beleza inculta da graça, da força e da inteligência. Tinha a cabeça cingida por uma fita de couro, à qual se prendiam do lado esquerdo duas plumas matizadas, que descrevendo uma longa espiral, vinham roçar com as pontas negras o pescoço flexível (ALENCAR, 1857, p. 39).

Essa exaltação de uma beleza local, descrita e pintada em infinitos tons emprestados da natureza, ditou também a letra do Hino Nacional Brasileiro, de Joaquim Osório Duque Estrada, escrita no início do século XX e oficializada em 1971.

“Deitado eternamente em berço esplêndido,  
Ao som do mar e à luz do céu profundo,  
Fulguras, ó Brasil, florão da América,  
Iluminado ao sol do Novo Mundo!  
Do que a terra, mais garrida,  
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;  
"Nossos bosques têm mais vida",  
"Nossa vida" no teu seio "mais amores".

É desnecessário mostrar como os traços dessa identidade inicial estão preservados conferindo ressonância a manifestações, objetos e lugares eleitos patrimônio, evocando forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiram e as quais representam, conforme Greenblatt.

### **A dinâmica de uma identidade**

Não há definição mais simples do que no dicionário: “Dinâmica - Parte da mecânica que estuda o movimento dos corpos, relacionando-os às forças que o produzem” (Dicionário Aurélio).

Muito menos simples, no entanto, é tentar identificar quais são essas forças, de onde elas vêm e como interferem na dinâmica, quando está em questão a formação de uma identidade. Conforme Michael Pollak:

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros (POLLAK, 1992, p.204).

O processo de construção/reconstrução da identidade brasileira, e seu consequente reflexo no campo patrimonial, tem um momento significativo durante o Governo de Getúlio Vargas, com a participação efetiva dos artistas modernistas. A ideia de pátria precisava substituir definitivamente a de colônia. Era necessário identificar um novo rosto nacional em substituição à figura do índio. Ele veio na imagem de um líder emblemático, punido com a força por ideais libertários. Tiradentes foi elevado à condição de herói. E o cenário barroco das Minas, sob o impulso modernista, passou a representar as realizações culturais de um novo Brasil, personificadas na figura não menos mítica do mulato Mestre Aleijadinho.

Prova disso é que a primeira ação do Governo Vargas em relação à preservação do patrimônio foi elevar Ouro Preto à condição de Monumento Nacional, em 1933, fato inédito no Brasil e no mundo, segundo a dissertação *A construção de uma cidade-monumento: o caso de Ouro Preto*, de Rodrigo Meniconi (UFMG/1999).

Para Antônio Augusto Arantes,

Sendo a um só tempo o maior e um dos mais elaborados conjuntos arquitetônicos barrocos do Brasil, e também o local onde se formou a Inconfidência, Ouro Preto combina alta realização artística e valores nacionalistas: ingredientes mais do que adequados para a construção de um santuário do patriotismo (ARANTES, 1997, p.279).

Essa nova identidade nacional em processo de construção, supostamente do Brasil olhando para si mesmo, não deixa de ter o parâmetro do outro, do estrangeiro. É a tentativa de se impor frente ao mundo e a si mesmo por valores reconhecidamente europeus: valorização dos movimentos burgueses em torno de ideais libertários e da arte tida como universal. Conforme Arantes,

Para os modernistas, a questão não era valorizar o que fosse nacional pela simples razão de ser local. O importante era identificar e destacar os valores universais das realizações culturais do Brasil, bem como tornar as tradições locais uma referência à reelaboração da alta cultura universal (ARANTES, 1997, p.280).

A sucessão dos acontecimentos dá a dimensão do processo:

- 1924: Caravana Modernista visita Minas Gerais.
  - 1933: Getúlio Vargas eleva a cidade a Monumento Nacional.
  - 1936: Mário de Andrade apresenta o anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, segundo o qual: “Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencente aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros residentes no Brasil”.
  - 1937: Chegam ao Brasil os restos mortais dos inconfidentes degradados e mortos na África, exumados a pedido do Governo de Getúlio Vargas.
  - 1938: Ouro Preto é tombada como Patrimônio Histórico Nacional.
  - 1942 (150º aniversário da sentença condenatória dos inconfidentes): inauguração do Panteão dos Inconfidentes no prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia de Vila Rica para abrigar os restos mortais dos participantes da Inconfidência trazidos da África. Decreto-lei do governo federal determina criação do Museu da Inconfidência.
  - 1944: Inauguração Museu da Inconfidência.
- Em 1953, Cecília Meireles publica o “Romanceiro da Inconfidência”:

“Não posso mover meus passos  
 por esse atroz labirinto  
 de esquecimentos e cegueira  
 em que amores e ódios vão:  
 - pois sinto bater os sinos,  
 percebo o roçar das rezas,  
 vejo o arrepio da morte,  
 à voz da condenação;”  
 (MEIRELES, 1953, p.39)

Conforme Ana Maria Lisboa de Mello, na apresentação da edição L&PM, 2008, o livro começou a ser concebido por volta de 1943, quando Cecília Meireles foi a Ouro Preto como jornalista e diante da paisagem da Inconfidência Mineira sentiu-se “mobilizada pela

necessidade de recuperar o passado – não apenas os fatos, mas também as emoções que desencadearam”.

A perspectiva dos sentimentos e da emoção é fundamental para compreensão da ressonância que a Inconfidência passou a ter no cenário patrimonial brasileiro. O movimento reúne palavras chaves para a construção de simbologias: ideal, liberdade, poesia, revolta, conjuração, punição, masmorra, sofrimento, força...

“Ai, palavras, ai, palavras,  
que estranha potência a vossa!  
Ai, palavras, ai, palavras,  
sois de vento, ides no vento,  
No vento que não retorna,  
e, em tão rápida existência,  
Tudo se forma e transforma!  
(...)  
Frágil, frágil como o vidro  
e mais que o aço poderosa!  
Reis, impérios, povos, tempos,  
pelo vosso impulso rodam...”

Partindo da ideia de Walter Benjamin – *Espaços que suscitam sonhos*, temos aqui palavras que “levam a sonhar no imaginário coletivo”. Por extensão, o *Romanceiro da Inconfidência* é um livro para suscitar sonhos e referendar o espaço deles. Em conferência em Ouro Preto, em 1955, Cecília Meireles refere-se à cidade: “Um gênio singular protegeu, desde o princípio, Vila Rica: fê-la surgir prestigiosa e riquíssima, das curtas ondas de um riacho – fábula maior que a da própria Vênus, que nasceu do grandioso mar” (BENJAMIN, 2005, p.15).

O patrimônio materializado na cidade colonial se estendeu para o campo do intangível: o orgulho de uma identidade nacional já não mais ditada pela Europa, mas em oposição a ela. Ouro Preto evoca o berço de uma nacionalidade (para o Estado Novo); evoca uma arte brasileira – o barroco (para os modernistas); evoca o passado de riqueza e poder (para a sociedade contemporânea já não tão rica nem poderosa) e chega a 1980 eleita Patrimônio Histórico da Humanidade.

A consolidação patrimonial de Ouro Preto e dos valores a ela atribuídos marcam a fragmentação da imagem de unicidade em torno de um território natural, exótico e selvagem. Conforme Ulpiano de Meneses: “Não só a identidade é um processo incessante de construção/reconstrução, como também ganha sentido e expressão nos momentos de tensão e ruptura – precisamente quando se aguça a percepção da diferença e sua presença se faz mais necessária” (MENESES, 1997, p.210).

Na polifonia nacional começaram a soar outras vozes, em nome de outras identidades. A literatura é registro desse caminho.

Euclides da Cunha já havia percorrido “*Os Sertões*” (1902) e preconizado, ainda que sob a perspectiva do determinismo geográfico e racial, que “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”. O contexto da Guerra de Canudos, entretanto, era um episódio que a história oficial do Brasil queria muito mais esquecer que lembrar.

O alagoano Graciliano Ramos escreveu sobre a seca, a fome e a miséria, com a família de retirantes de *Vidas Secas* (1938). Mas esse também não era um tema palatável para a constituição de uma identidade nacional.

Assim, é um sertanejo poético, com palavreado inventado, sinuoso e sonoro, em comitiva pelo caminho das sensações e emoções, que vai por o sertão no quarto de espelhos do Brasil. Em *Grande Sertão: Veredas* (1956), Guimarães Rosa evoca o espaço que suscita sonhos, como em Benjamin. Um sertão imenso, ilimitado, imponderável, incontrolável... adjetivável:

“O sertão está em toda parte” (p.8)

“Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar” (p. 25).

“O sertão é do tamanho do mundo” (p. 73).

Retratado pela lente do médico, poliglota, diplomata, de passagem pelo sertão, e exposto aos holofotes de uma intelectualidade ávida por novas identidades brasileiras, o livro enseja patrimonializar o sertão e o sertanejo.

O sertanejo de Rosa preenche o homem urbano da sabedoria poética, de uma existência *per si*, daquilo que lhe fascina e falta. A poesia da escrita se sobrepõe a todas as lutas. Se a travessia é cruel, pela leitura de Rosa, é também sublime. Entre esforço e dor,

“Existe é homem humano”. Embora não esteja no livro, outra frase do mesmo autor é perfeita para a sacração do homem/ personagem: “As pessoas não morrem, ficam encantadas”.

Os aforismos de Guimarães Rosa ressoam harmoniosos tanto no campo da patrimonialização quanto no das identidades. Se “Minas Gerais é muitas”, se “são, pelo menos, várias Minas”, o que dizer, então, do Brasil?

Pela janela aberta para a pluralidade, o nordestino Câmara Cascudo alça dois elementos da cultura material à condição de objetos de estudo etnográfico: *Jangada* (1957) e *Rede de Dormir* (1957):

O leito obriga-nos a tomar seu costume, ajeitando-nos nele, procurando o repouso numa sucessão de posições. A rede toma o nosso feitio, contamina-se com os nossos hábitos, repete, dócil e macia, a forma do nosso corpo. A cama é hirta, parada, definitiva. A rede é acolhedora, compreensiva, coleante, acompanhando tépida e brandamente, todos os caprichos de nossa fadiga. (CASCUDO, 1957)

Conforme José Reginaldo Gonçalves, a rede: “Mais que a expressão emblemática de uma sociedade ou um camada social determinada, esse objeto e seus usos parecem na verdade colocar essa sociedade em movimento”.

Sob o ponto de vista patrimonial, esse movimento representa a lenta e cadenciada inserção da cultura nordestina em um campo até então “hirta”, como a própria cama da descrição de Cascudo.

## Conclusões

Para que a nação brasileira seja identificada, terá de considerar-se a obra da civilização realizada neste país. Somente a extensão territorial, com seus acidentes e riquezas naturais, somada ao povo que a habita, não configuram de fato o Brasil, nem correspondem a sua realidade. Há que computar também, na área imensa povoada e despovoada, as realizações subsistentes dos que a ocuparam e legaram às gerações atuais: a produção material e espiritual duradoura ocorrida do norte ao sul e de leste a oeste do país, constituindo as edificações urbanas e rurais, a literatura, a música, assim como tudo mais que ficou em nossas paragens, com traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro. O acervo dessas produções da sucessão já longa de nossos predecessores é que, ligando os brasileiros de hoje às populações que os antecederam, originárias da própria terra ou provindas de outros continentes, em verdade autentica e afirma a existência do Brasil.

*Rodrigo Melo Franco de Andrade*

O trecho da aula “O patrimônio histórico e artístico nacional”, proferida por Rodrigo Melo Franco de Andrade no Instituto Guarujá-Bertioga (1961), aponta para algumas chaves da reflexão a que se propôs esse ensaio e também para suas conclusões.

A noção de identidade – e de patrimônio, por extensão - precisa ser autenticada pela sociedade para que haja ressonância e essa autenticação se dá por meio das noções de *realização, legado, gerações, produção material e espiritual, reconhecimento de elo*, entre outros.

O entendimento desses processos, porém, varia ao longo do tempo, conforme o jogo de forças no campo dos interesses patrimoniais e de auto reconhecimento. No caso da identidade patrimonial brasileira, inicialmente, a imagem única frente ao espelho do colonizador europeu foi inevitável e pode ter sido, inclusive, útil para despertar uma noção de propriedade à nação recém-nascida.

Vencido o primeiro passo, é natural que a “obra da civilização realizada neste país”, conforme Mello Franco, tenha levado à fragmentação dessa imagem em seus regionalismos. E em fragmentos ainda muito menores que se multiplicam indefinidamente, constantemente, com as transformações e novas percepções que se dão e se revelam ao longo do tempo. Os estilhaços formam um quebra-cabeça cada vez mais intricado, cujas peças, embora se multipliquem, se juntam a todo o momento.

A literatura, entendida como registro desse jogo, contribui não apenas como registro das múltiplas facetas momentâneas da noção de patrimônio, mas também faz soar e ressoar a bom tom a convicção de pertinência do patrimônio eleito por aquela dada sociedade em dado momento. A literatura é, portanto, o espelho de muitos rostos, de muitas identidades. A tal ponto que é pertinente citar uma frase muito conhecida, de atribuição dúbia, a São Tomás de Aquino ou a Cícero: “Temo o homem de um livro só”.

Há de se temer também museus, patrimônios e países em busca de uma identidade só! Pluralidade e unicidade, conceitos antagônicos, precisam ser justapostos quando pensamos em identidade e patrimônio nacional: só na pluralidade existe a unicidade. Ressonância em muitas frequências.

## Referências

ALENCAR, José de. *O Guarani: romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. 402p.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

ARANTES, Antônio Augusto. Patrimônio Cultural e Nação. In: ARAÚJO, Ângela M.C. *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

ASSIS, Machado de. O Espelho: esboço de uma nova teoria da alma humana. In: *Seus Trinta Melhores Contos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 134-143.

BENJAMIM, Walter. Espaços que suscitam sonhos, museu, pavilhões de fontes hidrominerais. In: CHAGAS, Mário. (org) *Museus: antropofagia da memória e do patrimônio* – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N 31/2005.

CALVINO, Ítalo. A aventura de um fotógrafo. In: *Os Amores Difíceis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p.45-5.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2009.

GONÇALVES, Jose Reginaldo S. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. In: \_ *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro, 2007.

HALBAWACHS, Maurice. Memória Coletiva e Memória Individual. In:\_. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 25-52.

MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Porto Alegre: L&PM, 2008. 211p.

MENESES, Ulpiano T.B. de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista. História da Cultura Material*, São Paulo, n.1, 1993. p.207-222

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

ROSA, João G. *Grande Sertão: Veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 608p.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SCHWARCZ, Lília M. *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 558p.